

ELEIÇÕES ASDUERJ  
13 A 19 DE SETEMBRO DE 2021



**FÁTIMA SUELI RIBEIRO**  
II VICE-PRESIDENTA  
Instituto de **Nutrição**



**DANIELE BRANDT**  
I VICE-PRESIDENTA  
Faculdade de **Serviço Social**



**GUILHERME LEITE GONÇALVES**  
PRESIDENTE  
Faculdade de **Direito**



**LEANDRO MOURA**  
II TESOUREIRO  
Departamento de **Turismo**



**NÍVEA VIEIRA**  
I TESOUREIRA  
Faculdade de **Educação**  
da Baixada Fluminense



**BEATRIZ CALDAS**  
II SECRETÁRIA  
Departamento de **Turismo**  
(Aposentada)



**DANIEL PINHA**  
I SECRETÁRIO  
Departamento de **História**

DIRETORIA  
2021/2023

PROGRAMA



# **Diretoria 2021/2023**

## **CHAPA ASDUERJ EM LUTA E SOLIDÁRIA PELA DEMOCRACIA E PELA CIÊNCIA**

### ***Programa***

#### **O projeto neoliberal e as tentativas de desconstrução da universidade pública brasileira**



Em 2019, os aliados do governo Bolsonaro protagonizaram uma campanha nefasta contra professores, técnicos e estudantes do ensino superior, associando cultura universitária à balbúrdia, os investimentos em educação superior ao desperdício de recursos e a produção acadêmico/científica à doutrinação de estudantes. Esta “guerra cultural” contra a universidade logo foi identificada como ação de grupos negacionistas e fascistas, adeptos do “bolsonarismo”. Os ataques à educação superior, no entanto, não são ações imputadas por uma coalizão de ignorantes, adoradores da terra plana. Diversas agências que representam o empresariado brasileiro participam de forma ativa do aparato bolsonarista que formula as políticas públicas para educação básica e superior, orquestrando conjuntamente um projeto de refuncionalização das universidades brasileiras nos moldes do sistema neoliberal.

As concepções de privatização se atualizam constantemente e, na década de 20 do século XXI, os defensores da “cultura” de mercantilização da vida prometem transformar a universidade em lugar de empreendedorismo com o fim de encobrir a transferência de toda a produção científica para o capital privado.

Combinado a isso, um discurso de ataque ao servidor público, como se o contexto de superexploração e precarização do trabalho nos colocasse como "privilegiados", quando a experiência da Pandemia revelou a importância do SUS, da pesquisa e da autonomia do serviço público para garantir que a campanha negacionista do governo Bolsonaro não fosse ainda mais danosa. O que está em jogo no debate da Reforma Administrativa de Guedes é o desmonte de princípios de bem comum, coletividade, solidariedade e democracia substantiva, alvos imediatos das políticas neoliberais no Brasil.

## O sufocamento das Universidades Federais

Da mesma forma que não devemos nos enganar sobre os agentes e os interesses que movem a “guerra cultural” contra as universidades, também devemos deixar de lado a ilusão de que os cortes orçamentários das instituições de ensino federais fazem parte da crise fiscal ou da explosão da dívida pública. Há décadas, as universidades enfrentam o estrangulamento de seus recursos.

Com o agravamento da crise econômica, em 2014, o governo de Dilma Rousseff manteve a correção inflacionária do orçamento; no entanto, dialogando com os interesses dos empresários, realizou grandes cortes por meio de contingenciamento de repasses na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em função desta diminuição, muitas universidades apresentaram déficits, a partir de 2014.

Em 2016, uma nova tentativa de desmonte surpreendeu a comunidade acadêmica. Após o golpe que substituiu o governo eleito democraticamente, pelo governo de Michel Temer, a Emenda Constitucional 95/2016 foi aprovada e restringiu drasticamente o orçamento da educação, da ciência e da cultura. A partir de 2017, primeiro ano de aplicação da EC 95, a queda ocorreu não apenas por contingenciamento e sim por cortes na LOA.

A EC 95 tornou-se a principal ferramenta utilizada pelo governo para reduzir as despesas obrigatórias, como custos dos servidores, aposentadorias, manutenção vegetativa do aparato estatal etc. As consequências imediatas deste sufocamento, foram as demissões em massa de terceirizados e estagnação, ou mesmo redução de políticas de assistência estudantil.

Com a posse de Jair Bolsonaro e a ascensão do ultraneoliberalismo, em 2019, o novo governo imprimiu mais uma série de atos hostis contra a universidade, com direito a campanhas caluniosas, intervenção na escolha de reitores e a redução orçamentária que podem impedir as instituições de manterem suas atividades básicas.

Em abril deste ano, o presidente sancionou a LOA de 2021 com o corte de cerca de 1 bilhão de reais para estas instituições que são responsáveis por 90% das pesquisas no país e por uma série de serviços públicos oferecidos à população. Também bloquearam 13,85% das verbas no período mais crítico da história recente.

Várias universidades declararam que podem fechar as portas para o público geral devido à nova política de estrangulamento. Com mais este aperto nas contas, a universidade não tem recursos para fazer investimentos e pagar as contas de custeio, como água, energia e limpeza. O orçamento foi diminuído em 21% em relação ao ano passado.

Os promotores do projeto de morte da universidade socialmente referenciada enxergam a tragédia humanitária como momento oportuno para ressignificar a autonomia universitária enquanto autonomia financeira e para mudar a função social da universidade. Paralelo a esta política destrutiva, o bolsonarismo, associado a grandes empresários da educação, está mobilizado para garantir a aprovação de um programa que visa a criar um novo *ethos* para universidades, sufocando o desenvolvimento da ciência e a formação cultural ampla das futuras gerações.

As recentes declarações do Ministro da Educação, em defesa de uma “universidade para poucos”, evidenciam o projeto político antidemocrático de retomada do espaço da universidade como exclusivo para a formação das elites. O que incomoda é não apenas o crescimento da entrada de negros e pobres por meio da política de ações afirmativas, conquista dos movimentos sociais e do movimento negro em particular, mas a pluralização de perspectivas de futuro dela decorrentes.

## O Future-se ainda ronda a universidade



Em 2019, o então Ministério da Educação indicado pelo governo Bolsonaro, Abrahm Weitraub, apresentou aos Reitores das universidades e instituições de ensino federais um programa de “reestruturação” que sintetiza os princípios do atual modelo de mercantilização do ensino superior. Destacam-se no texto original do programa o “estímulo” à captação de recursos privados e a transferência da gestão das universidades para as organizações sociais. O programa foi elaborado e difundido no mesmo contexto em que a guerra ideológica escarneava o conhecimento e a produção científica e endossava manifestações antidemocráticas.

Logo que foi anunciado, o Future-se foi amplamente rejeitado pela comunidade acadêmica, sobretudo pela falta de diálogo e por apresentar um programa explícito de transformação do ensino superior em atividade lucrativa. Dentre as mudanças destacam-se: a transferência do fundo público para as Organizações Sociais (OS) ligadas aos grandes conglomerados empresariais; a transferência da gestão das universidades para as OS; a transferência da produção científica da universidade para as empresas, pois as mesmas não investem nesta área; a transformação das universidades em lugar da inovação tecnológica e empreendedorismo para ampliar os lucros das empresas; a apropriação pelas empresas dos recursos materiais e humanos das universidades.

Em maio de 2020, poucos dias antes da exoneração de Abraham Weitraub, o programa Future-se foi numerado na Câmara dos Deputados como PL 3076 e protocolado no dia 2 de junho de 2020. A apresentação do PL no meio da pandemia da Covid 19 não foi uma ação ao acaso; com o agravamento da crise econômica, o Future-se foi apresentado como única alternativa para o financiamento das universidades.

O projeto de refuncionalização da universidade, rejeitado pela imensa maioria de Conselhos Universitários, movimentos estudantis, sindicatos, sociedades científicas e coletivos partidários que respeitam a autonomia universitária, precisa ser barrado imediatamente. Além de resistir a este programa nefasto que deixará a agenda e a vida cotidiana das instituições sob a batuta das grandes corporações empresariais, precisamos discutir e lutar por alternativas fincadas em princípios que garantam a democracia, a gratuidade, a laicidade e o compromisso da universidade com a resolução de problemas sociais. A experiência da pandemia evidenciou a importância da pesquisa e do SUS, que, na contramão e desobediente às orientações negacionistas do governo federal, garantiram a produção e aplicação de vacinas, mostrando à sociedade a relevância da autonomia do serviço público.

## A “modernização” da universidade: os impactos do ensino remoto e do ensino híbrido sobre a Uerj



Logo que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou o isolamento social, como principal estratégia de controle da contaminação do novo Coronavírus, organismos internacionais ligados ao capital financeiro, como, por exemplo, Grupo Banco Mundial, OCDE e UNICEF, formaram uma coalizão para produzir estudos e manuais com orientação padronizada, destinados às agências do Estado e da sociedade civil que dirigem a política educacional dos países da periferia do capitalismo.

Na esteira do fechamento das escolas e das universidades, a virtualização do ensino foi identificada como solução para “evitar a interrupção da educação”. Diante da constatação da falta de democracia digital nos países de capitalismo dependente, a saída apontada pelos difusores da pedagogia do “novo normal” foi a adoção de uma versão piorada da modalidade de ensino a distância que ficou conhecida como ensino remoto. Tal modalidade também foi apresentada como alternativa para a educação superior. Mesmo com todas as ponderações feitas pela comunidade universitária, as instituições de ensino superior de todo o país adotaram esta precária modalidade de ensino.

Na Uerj, antes do diagnóstico sobre a situação da comunidade universitária, o Período Acadêmico Emergencial foi iniciado no dia 14 de setembro de 2020. O paliativo adotado para minimizar os efeitos da pandemia sobre a formação agudizou os problemas da desigualdade entre os estudantes, aumentou as dificuldades de permanência estudantil e aprofundou a precarização do ensino.

Uma Comissão de Avaliação, criada pelo Consun no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação (PR1) para avaliação do Período Emergencial, identificou que, durante o PAE 1, a população

discente foi inferior ao pior momento da Crise vivida pela UERJ em 2017, quando a universidade ficou fechada por vários meses por falta de repasses financeiros devidos pelo governo estadual.

Depois de três semestres de aula remota, a comunidade acadêmica está diante de uma nova tendência para o período pós-pandêmico: o ensino híbrido. A modalidade de ensino que mescla momentos presenciais com remotos vem sendo ventilada como alternativa para atrair e reter os estudantes nas universidades neste período de crise estrutural. Muitas universidades privadas já aplicavam este modelo mesmo antes da pandemia.

O ensino híbrido, experimentado em vários países da Europa, permite aos investidores redução de custo com as instalações, energia, água, funcionários de limpeza etc. e, em contrapartida, fere brutalmente a qualidade do ensino e do trabalho docente. A nova “tendência” impacta negativamente o trabalho docente, na medida em que transforma professores em meros consultores e currículos em cardápios para o dito mercado, focando na formação prática e por competências, associadas a ferramentas tecnológicas.

Esta caixa de Pandora pode trazer males irreversíveis para a UERJ enquanto universidade pública e popular. A migração do ensino para o mundo virtual também compõe o arsenal de estratégia promovido pelos interesses políticos e econômicos dominantes para refundar a universidade nos moldes do sistema neoliberal. Em maio deste ano, o MEC apresentou um programa de ampliação de vagas nas universidades, na modalidade a distância, o Reuni Digital. Além da criação de novos cursos remotos, o MEC visa discutir a possibilidade de que os cursos presenciais ofereçam até 40% dos seus conteúdos de forma remota.

A pandemia do novo coronavírus ajudou a acelerar o projeto de contrarreforma da educação superior. No contexto excepcional de crise sanitária e isolamento social, o MEC se alinha à visão de que a “pandemia é uma oportunidade” para atualizar o sonho antigo de destruir a universidade e recriar uma instituição voltada para o mercado. Na prática, o modelo de ensino remoto adotado num curtíssimo tempo acelerou a precarização das condições e das relações de trabalho na UERJ. Jornadas de mais de 12 horas diárias, prolongamento do trabalho para o fim de semana. Além do ônus financeiro para adaptar equipamentos e mobiliários, a intensificação do trabalho aumentou sintomas de distúrbios psíquicos e sofrimento mental. Essa situação e muitas outras dificuldades foram identificadas na pesquisa da Asduerj com os docentes em 2020.

Logo, o projeto de desmonte, que ameaça o futuro das universidades públicas brasileiras, não deixa apenas recursos físicos e o potencial das universidades federais e estaduais sob risco, está progressivamente desmobilizando e adoecendo os docentes e pesquisadores. O que, obviamente, se reflete nos estudantes. A Uerj, que ainda sofre as consequências da crise de 2016, também é alvo desse projeto, formado por fundamentalistas, militares e donos de grande fortunas, que está mobilizado para recriar uma universidade prática, artificial, precarizada, autointitulada empreendedora, mas, no fundo, orientada ao interesse privado.

## Luta da UERJ contra a austeridade neoliberal



A crise de 2008, que alcançou o Brasil em 2014 com a oscilação da economia chinesa e a queda do preço das *commodities*, produziu um ciclo agressivo de expropriações de direitos, bens, espaços e serviços públicos e coletivos. Logo após o estouro da bolha especulativa de então, os governos injetaram uma enorme quantidade de dinheiro no mercado financeiro para evitar a quebra generalizada de bancos e agências de investimentos. Este tipo de intervenção estatal deu o tom da solução anticrise exigida pelos setores políticos e econômicos dominantes: salvamento do sistema financeiro e redistribuição dos ônus da crise para o restante da população. Houve, nesse sentido, uma reafirmação do projeto neoliberal sobre a dívida pública, cujos fins passaram a se orientar à proteção dos investidores privados, em lugar de aumentar recursos para o Estado. Esta fórmula só se completou com a imposição de programas de austeridade (redução de investimentos públicos, privatizações, restrição de direitos trabalhistas e previdenciários, flexibilização dos regimes estatutários de servidores públicos etc.) em troca de programas de resgate e ajuda econômica. Como os atos expropriatórios que envolvem tais programas produzem muito descontentamento social, sua implementação tem exigido políticas repressivas e cada vez mais autoritárias.

O Rio de Janeiro tornou-se o laboratório deste experimento no Brasil, e a UERJ um de seus principais balões de ensaio. Em primeiro lugar, o recuo do mercado petrolífero implodiu as receitas públicas, aumentou o deficit orçamentário e, em 2016, o governo decretou estado de calamidade pública. Este momento deflagrou um conjunto de expropriações com a suspensão de investimentos e a paralisação de serviços essenciais. O pagamento dos salários de servidores estaduais, dentre os quais os da UERJ, foi, primeiro, parcelado e, depois, suspenso. Desde então temos vivido diversas versões desse mesmo arrocho neoliberal.



Em abril de 2020, o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, enviou para a Assembleia Legislativa um Projeto de Lei que propunha o Programa Estadual de Desestatização com autorização da privatização das universidades públicas. Os ataques não reduziram e, em maio de 2021, o deputado Anderson Moraes (PSL-RJ) protocolou na ALERJ Projeto de Lei propondo extinguir a UERJ, conceder direito para que seus bens e alunos fossem remanejados para universidades particulares. Além disso, aquilo que não seria contemplado na absorção, deveria ser transferido para outras unidades de ensino superior do Estado, como a UEZO e a UENF. Este PL **inconstitucional e grotesco** foi publicado no Diário Oficial no dia 19 de agosto de 2021. Lutaremos incondicionalmente por seu completo **cancelamento!**

Contra estas medidas de austeridade a Asduerj tem sido um marco de resistência. A intensa mobilização dos professores conseguiu a quitação dos salários atrasados, o pagamento regular e o retorno dos repasses governamentais. Com isso, a Asduerj tem sido vanguarda na luta pela proteção das instituições públicas e na denúncia às propostas de privatização, fim da gratuidade da Universidade e precarização do trabalho docente.

Não obstante a alta desaprovação social dos governos fluminenses na Era Cabral, Pezão e Dornelles que, mergulhados em denúncias de corrupção, incompetência e hipocrisia do discurso de culpabilização dos servidores pelo deficit público, articulações oligárquicas, costuradas com o governo golpista de Michel Temer, deflagraram políticas restritivas que prepararam a adesão do Estado do Rio de Janeiro a um Regime de Recuperação Fiscal. Como exemplo dessas medidas, temos o aumento da taxa previdenciária dos servidores, de 11% para 14%. Em troca da liberação de empréstimos pelo governo federal e suspensão de pagamento da dívida do Rio à União, tal regime obriga intenso corte de investimentos públicos, gastos sociais e despesas. Enquanto o primeiro empréstimo federal teve como garantia os ativos da Cedae, os demais foram assegurados por títulos securitizados da própria dívida do Estado.

A Asduerj sempre defendeu os direitos de docentes, técnicos e estudantes da UERJ contra a aplicação deste modelo. Por meio de diversas ações políticas, tem conseguido fazer valer o novo plano de carreira conquistado na greve de 2016, com a efetivação de promoções e progressões (mesmo à revelia de setores burocráticos e jurídicos da universidade), bem como a implementação da exigência histórica de incorporação da Dedicção Exclusiva no Vencimento Base. Além disso, denunciou o desmonte do serviço e do investimento públicos, sobretudo em um estado que se desindustrializa há décadas. Sua atuação no Fórum Permanente de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (FOSPERJ) tem sido essencial para a defesa das garantias do servidor público fluminense.

A resistência à austeridade no Rio de Janeiro, na qual a Asduerj é essencial, tem sido reprimida de forma violenta pelo aparato estatal. As manifestações e greves dos servidores públicos fluminenses estão sendo desde 2016 rechaçadas pela truculência da polícia militar e criminalizadas. Muitos docentes, técnicos e estudantes foram ao longo dos diferentes atos políticos vítimas de ações policiais agressivas marcadas pelo uso de bala de borracha, bombas de gás lacrimogêneo etc. Não são intervenções isoladas, mas parte de um contexto mais amplo de violência estatal que tem espoliado (e assassinado) a população negra e favelada carioca, desprovendo-a de qualquer meio de subsistência que possa protegê-la dos planos neoliberais de austeridade, aprofundados apesar do contexto pandêmico no qual estamos inseridos. Neste sentido, o Rio de Janeiro tem vivenciado constantemente decretações de Garantia de Lei e Ordem, intervenção federal, assassinato de lideranças populares (como Marielle Franco) e aumento da milicianização. A Asduerj tem se destacado também na denúncia contra todas estas violências.

Os desafios atuais são ainda maiores. E mais uma vez a UERJ está no centro das atenções. Atualmente, o governo do Rio de Janeiro está preparando um novo Plano de Recuperação Fiscal. Mantida a lógica dos programas de austeridade (como já anunciado pela privatização da Cedae), os riscos de aceleração dos processos de mercantilização, inclusive da universidade, são altos com a tomada de direitos e garantias dos docentes (anulação de licenças e triênios), interrupção de repasses governamentais (os duodécimos) e a pressão por privatização de formas de financiamento. E mais: este novo plano será construído em meio a governos federal e estadual tomados pela extrema direita, com projeto claramente autoritário e que reivindica a Reforma Administrativa como uma de suas principais bandeiras. Tal reforma busca restringir a estabilidade do servidor público, criando vínculos flexíveis e desprovidos de direitos com o Estado. Uma Asduerj de luta capaz de combater o projeto de Bolsonaro, Guedes e Castro é imprescindível para a defesa do caráter público e gratuito da UERJ.

## **Asduerj contra Regimes de Recuperação Fiscal: por um Plano de Investimentos Públicos e de Infraestrutura**



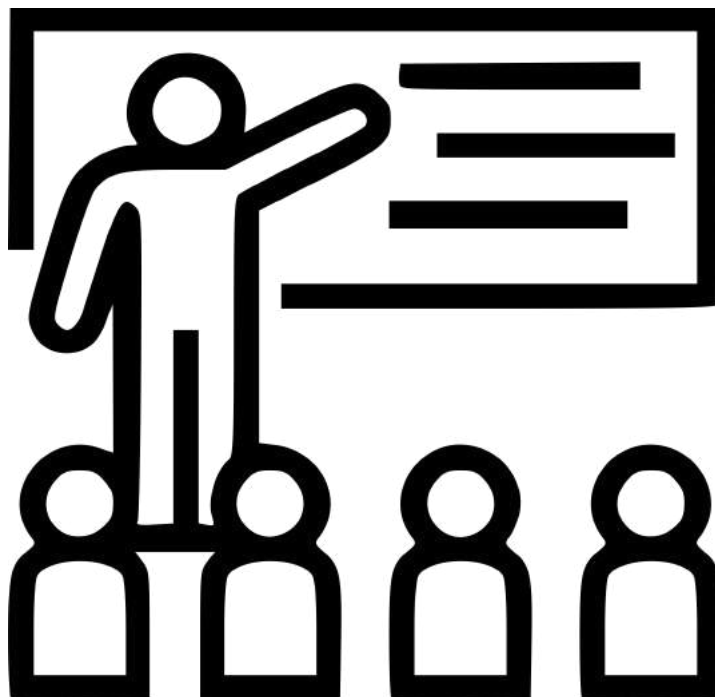
A experiência com o Regime de Recuperação Fiscal tem mostrado desde 2017 que tal regime serve apenas para rolar a dívida pública. Isto é: as privatizações e securitizações usadas como garantia dos empréstimos federais ampliam ativos para o capital financeiro que não direciona estes valores para investimentos produtivos, mas para o mercado de recompra de ações na bolsa de valores, isto é, para objetivos especulativos. Com isto, o Estado do Rio de Janeiro continua sendo uma economia pouco dinâmica, desindustrializada, sem oferta de empregos e chances de crescimento. A solução para este problema não é o Regime de Recuperação Fiscal, mas um Projeto de Investimentos Públicos e de Infraestrutura.

Para além de suas tendências fascistas, o neoliberalismo de Bolsonaro, Guedes e Castro está na contramão da história. China, Estados Unidos e União Europeia têm mostrado que as políticas anticrise da Covid-19 passam pela formulação de planos orçamentários que contemplam níveis altíssimos de investimentos, não vistos desde a Segunda Guerra Mundial. Tais planos precisam necessariamente incluir aumento de recursos públicos para ciência, tecnologia e formação educacional, como garantia de reestruturação produtiva da economia, aumento de empregos e possibilidade de promoção do bem-estar social.

Transportado para nossa realidade, isto significa rechaçar por completo a falácia neoliberal de que a UERJ é um gasto governamental e lhe dar seu verdadeiro significado: investimento no desenvolvimento social e econômico. Para isso, no entanto, é necessário se confrontar com o imaginário da universidade barata e privatizada que atravessa os governos neoliberais. Se o capital privado é avesso ao risco, a UERJ sucateada é a impossibilidade de inovação científica e pedagógica. A Asduerj tem levado adiante este debate.

Mas precisamos ir além. A UERJ é tradicionalmente um espaço crítico. Isto nos coloca o desafio de produzir conhecimento que seja capaz de enfatizar o bem coletivo e pensar estratégias de desmercantilização de necessidades sociais e meios de subsistência. Ao invés do produtivismo e da competitividade acadêmicos, a crise nos abre a possibilidade de propor políticas universitárias que promovam o livre, gratuito e democrático acesso a serviços essenciais, novos saberes e tecnologias. Isto significa reafirmar a tradição da UERJ em sua luta contra as desigualdades que constituem o Brasil e o Rio de Janeiro.

## Plano de Retorno: por uma universidade pública, gratuita e presencial



Um primeiro passo para substituir a lógica dos regimes neoliberais de austeridade pelo plano de investimentos na UERJ é reivindicar melhorias nas condições sanitárias, elemento essencial para o retorno seguro das atividades presenciais. Embora a suspensão de tais atividades tenha sido forçado em razão da pandemia, a UERJ online tem se mostrado espaço de simplificação do conhecimento, alienação da relação entre docentes e estudantes, subordinação da formação intelectual a plataformas tecnológicas privadas (as *Big Techs*) e sobrecarga de trabalho com consequências para a saúde física e psíquica do corpo docente. Além disso, tem reforçado o programa neoliberal de uma universidade que não precisa de investimentos governamentais. Contra esta tendência a Asduerj deve rechaçar a continuidade do ensino a distância virtual e, em defesa da universidade presencial, reivindicar condições imperiosas para a retomada da ocupação física dos campi.

A Asduerj já deu um passo importante neste sentido, com a elaboração de documento norteador para retorno presencial seguro, aprovado em assembleia da categoria em julho de 2021. Contudo, devemos estar atentos e atuantes para que seu conteúdo seja amplamente discutido nos espaços democráticos de decisão da Universidade, dando origem a ações de preparação efetiva dos campi para o ensino presencial.

Desde 2020, à época ainda sem um Plano Nacional de Imunização em vigor no país, e até hoje, sem orçamento para a readequação ao cenário imposto pela COVID-19, as universidades públicas têm sofrido forte pressão do Governo Federal para o retorno presencial, que chegou, inclusive, a definir período para tal retomada. Como resultado dessa pressão, em dezembro daquele ano, o Conselho Nacional de Educação publicou o Parecer nº 19/2020, delegando aos Estados a respectiva definição. Assim, diferentes governos estaduais têm determinado o retorno presencial de suas instituições de ensino superior logo após a imunização de seus trabalhadores.

Contudo, entendemos que, para um retorno presencial seguro na UERJ, são necessárias outras medidas além da vacinação populacional adequada. Em primeiro lugar, defendemos condições

epidemiológicas favoráveis nas cidades onde a Universidade possui campi, tendo em vista que trabalhadores e estudantes não estão isolados entre os muros da UERJ, mas mantêm relações sociais em sua vida cotidiana que inclui o trabalho, o transporte, o lazer e outros tantos momentos. Além disso, para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, são essenciais mudanças estruturais e de biossegurança que exigem investimento público para sua implantação. Isto passa, ainda, por condições de controle social em espaços democráticos que representem a diversidade de conhecimentos teóricos e práticos dos três segmentos que compõem a universidade. E que tenham como horizonte a materialização de meios didático-pedagógicos para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão adequadas ao tempo presente e que não deixem para trás nenhum estudante ou trabalhador da UERJ.

Como dito, já temos em mãos um Documento Norteador para Retorno Presencial Seguro, elaborado e aprovado por nossa categoria docente. Mas precisamos avançar rumo à sua concretização, para a qual torna-se fundamental o aprofundamento do diálogo sobre nossas reivindicações com o conjunto dos docentes, com os outros segmentos da Universidade e suas entidades representativas, nos conselhos e nas demais estruturas institucionais. Um primeiro passo nessa direção foi o atendimento parcial à nossa reivindicação de ampliação da Comissão para Acompanhamento e Suporte à Tomada de Decisão sobre o Coronavírus no âmbito da UERJ (CASTDC-UERJ), que passará a contar também com representantes da Asduerj, Sintuperj e DCE. Porém, seguimos aguardando a nomeação dos representantes, ainda pendente em razão da transferência da referida Comissão, hoje ligada ao Gabinete da Reitoria, para a estrutura recém criada da Pró-Reitoria de Saúde (PR-5).

Temos conhecimento que a PR5 pretende implementar um programa com vistas ao cuidado de saúde dos trabalhadores da UERJ. Essa iniciativa tem o apoio da atual diretoria da ASDUERJ, e nossa chapa considera que tal posicionamento deva ter continuidade, contemplando os resultados da pesquisa de 2020, em particular os efeitos à saúde mental e as importantes repercussões da COVID-19 sobre os docentes, servidores e alunos, além dos docentes aposentados. Como toda a comunidade da UERJ, os professores aposentados vivem situação de insegurança jurídica perante as perspectivas ameaçadoras das reformas do Regime de Recuperação Fiscal, e precisam do apoio da instituição a qual serviram durante toda a vida profissional. Um segmento do serviço de saúde oferecido pela PR5 poderia se dedicar aos aposentados, com programas de saúde preventiva, consultas e serviços médicos abrangentes.

# **DEFENDEMOS ASDUERJ EM LUTA**



**REPOSIÇÃO SALARIAL JÁ!**

**DEFESA DO REAJUSTE SALARIAL!**

**PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVO E REGULAMENTAÇÃO DO REPASSE  
DOS DUODÉCIMOS COM VINCULAÇÃO DE FINANCIAMENTO ÀS UNIVERSIDADES  
ESTADUAIS: FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA A UNIVERSIDADE PÚBLICA**

# **ASDUERJ SOLIDÁRIA**



**FIM DOS CORTES E CONTINGENCIAMENTO DOS REPASSES**

**BANDEJÕES EM TODOS OS CAMPI JÁ!**

**PLANO DE ATENÇÃO AOS DOCENTES PÓS-COVID**

## ASDUERJ PELA DEMOCRACIA



CANCELAMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE  
E DO SUCATEAMENTO DA CIÊNCIA

POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA,  
SOCIALMENTE REFERENDADA E PRESENCIAL

## ASDUERJ PELA CIÊNCIA



MELHORES CONDIÇÕES DE SALÁRIO E DE TRABALHO PARA TODOS

CONSOLIDAÇÃO DA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA NA APOSENTADORIA  
E NOS VENCIMENTOS BÁSICOS

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, CONDIÇÕES SANITÁRIAS E  
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

MELHORES CONDIÇÕES DE SALÁRIO E DE TRABALHO:  
REPOSIÇÃO SALARIAL;  
APLICAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DOCENTE;  
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA NA APOSENTADORIA E NO VENCIMENTO BÁSICO!

- Reposição das perdas salariais: reajuste salarial já!
- Aceleração dos processos de promoção e progressão na carreira docente
- Consolidação da inclusão dos vencimentos do Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva na aposentadoria
- Reajuste dos benefícios em consonância com os reajustes salariais
- Reajuste salarial dos trabalhadores da UERJ

UERJ DE QUALIDADE: EM DEFESA DA EXCELÊNCIA ACADÊMICA

- Plena efetivação do trinômio ensino-pesquisa-extensão e da integração graduação/pós-graduação, condição básica para a qualidade acadêmica
- Melhoria das instalações dos laboratórios em geral e salas de aula
- Segurança estrutural e integridade física dos trabalhadores e estudantes da UERJ
- Extinção do produtivismo como regra para a avaliação do trabalho docente
- Equidade de financiamento entre as áreas (CT-INFRA, FINEP, SIDES)

UERJ DEMOCRÁTICA: RESPEITO ÀS INSTÂNCIAS DE DECISÃO E AOS CONSELHOS SUPERIORES

- Respeito à autonomia das unidades e departamentos
- Reuniões ordinárias dos Conselhos Superiores para as decisões político-acadêmicas da universidade
- Calendário administrativo anual, divulgado ao final de cada ano precedente
- Debate transparente e aberto à comunidade acadêmica do projeto de interiorização da UERJ

UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA: UERJ SOCIALMENTE REFERENCIADA

- Financiamento público à universidade pública: planejamento institucional participativo e regulamentação dos duodécimos com previsão de mínimo de receita tributária líquida para as universidades estaduais
- Respeito ao orçamento aprovado pelo CONSUN
- Fim dos cortes orçamentários da UERJ
- Democratização efetiva do acesso ao ensino superior público com políticas que garantam a permanência de alunos trabalhadores de todas as cores na universidade
- Condições adequadas de circulação e trabalho para os portadores de necessidades especiais
- Projetos de pesquisa e extensão socialmente referenciados e não orientados ao interesse privado



- Utilização de software livre nas atividades de ensino e pleno acesso e controle dos professores e estudantes sobre os programas utilizados
- Defender a universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, discutindo as questões: ensino a distância, aulas remotas, cursos pagos, incubadora de empresas.
- Combate à proliferação de cursos pagos na UERJ
- Bandeirão em todos os campi já!

#### ASDUERJ HORIZONTAL: INTERLOCUÇÃO CONSTANTE COM A CATEGORIA

- Desenvolver todas as lutas propostas no programa e encampar outras que se fizerem necessárias
- Convocação regular do Conselho de Representantes
- Realizar, no prazo de seis (6) meses, eleições nas unidades que não apresentaram chapa ao Conselho de Representantes
- Reuniões ampliadas periódicas da diretoria
- Formação de grupos de trabalho sobre os temas de maior relevância e interesse da categoria (retorno das atividades presenciais, investimentos de infraestrutura e condições sanitárias, plano de carreira, sistema previdenciário, aposentadoria)
- Expressar o cotidiano da universidade através de canais de comunicação entre os docentes
- Apoio aos docentes, inclusive com orientações através do jurídico da entidade
- Estabelecer políticas que insiram os professores substitutos na ASDUERJ
- Apoio às unidades e aos departamentos
- Estabelecer estratégias para discussão das questões da universidade com os professores recém-chegados.
- Realização de ações que efetivem a unidade entre ASDUERJ, SINTUPERJ e DCE
- Participação nas lutas dos movimentos sindicais, como o FOSPERJ, e sociais em geral
- Promover campanha de filiação
- Periodicidade do boletim impresso
- Manutenção da periodicidade semanal do boletim eletrônico.

Somente pensando juntos e coordenando nossas ações, poderemos conquistar a melhoria de nossas condições de trabalho. Planejamos organizar debates tematizando questões como o fortalecimento da graduação, estratégias para evitar a superexploração do trabalho e alternativas de financiamento para a universidade, entre outras.

Os ideólogos remanescentes do fundamentalismo de mercado, de forma nada isenta, pregam a inevitabilidade do triunfo de suas concepções e políticas, propagandeadas como únicas possíveis. Apostam no enfraquecimento das formas de organização de trabalhadores, o que, de certa maneira, é o reconhecimento do potencial transformador inerente a uma classe unida.

Neste contexto, nossa gestão preconizará o fortalecimento da Asduerj através de mais lutas por uma universidade democrática, plural e popular.